



Jornal do Simesp

Nº 03 • Publicação mensal do SIMESP Sindicato dos Médicos de São Paulo • Agosto | 2015

Pág. 3

Obras atrasam e acentuam problemas no HSPE

Desde o início da reforma, em 2013, uma ala inteira do Hospital do Servidor Público Estadual foi fechada ocasionando redução de 180 leitos. Enquanto aguardam vaga, pacientes permanecem na sala de acolhimento por vários dias



Pág. 5

Propostas

Em reunião no Hospital do Servidor Público Municipal, médicos defendem realização de concurso público para suprir déficit de pessoal e atendimento exclusivo ao servidor

Pág. 5

Guarulhos

Por iniciativa da regional do Simesp, entidades e sociedade civil formalizam fórum *Leito é direito – maca não é lugar de internação*. Proposta é cobrar melhorias no atendimento ao SUS

Pág. 6

Jurídico

É possível acumular aposentadorias, mas é preciso ficar atento aos critérios. Numa situação ilícita, o médico poderá ser demitido e/ou ter sua aposentadoria cassada

Defesa do médico

Diretoria do Simesp

O Simesp tem recebido novas denúncias sobre condições inadequadas de trabalho dos médicos e sucateamento de serviços públicos. Nem mesmo instituições tradicionais, reconhecidas por excelência no ensino e na assistência, são poupadas. Nesta edição, apresentamos o caos instituído no Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE) que enfrenta crise de financiamento e de gestão - em parte atribuída à reforma iniciada e não concluída por seu superintendente. Esperamos que o governador do Estado de São Paulo apure as responsabilidades e tome providências. Entendemos que calar é consentir e colaborar para que os problemas não sejam resolvidos.

No Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) há uma situação grave de excesso de demanda e falta de médicos. Localizado na região central da capital, onde faltam leitos públicos, atende além dos servidores, os usuários do SUS. Ao lado dos médicos, o Simesp cobrou providências da superintendência para abertura de concurso público e destinação do serviço para sua vocação: o atendimento dos servidores do município.

Na saúde suplementar, empresas gozam de poder econômico e político, obtido pelo financiamento de campanhas, formação de bancadas parlamentares (que atuam como seus lobistas) e de uma agência reguladora controlada por agentes de seus interesses. Contamos com a parceria da APM, Cremesp e Academia para confrontar esses interesses, em favor dos médicos de São Paulo.

Só conseguiremos superar a situação de crise se estivermos ao lado da sociedade civil. E estamos. O Simesp se posicionou frente à Prefeitura e o Governo do Estado a favor da extensão da licença-maternidade para seis meses para as funcionárias contratadas por Organizações Sociais, conforme recomendação da OMS. Em Guarulhos, a partir da iniciativa da diretoria regional do Simesp, organizamos em conjunto com entidades locais o fórum *Leito é Direito*, que alerta sobre a falta de vagas em hospitais e as consequências internacionais em macas.

Os desafios são muitos, mas não nos intimidam. Ao contrário, estimulam essa diretoria a procurar caminhos para fazer com que o Simesp cumpra a sua missão primordial: a defesa do médico e seu trabalho.



“Independentemente da forma de contratação, não faz sentido que essas mulheres amamentem só quatro meses quando elas próprias dão a orientação sobre o aleitamento exclusivo”

Denize Ornelas, diretora do Simesp, defendendo que terceirizadas tenham direito à licença-maternidade de seis meses 10 de agosto – Blog Maternar (Folha de S. Paulo)

“É uma irresponsabilidade do reitor da USP e uma omissão do governo do Estado de São Paulo”

Gerson Salvador, diretor do Simesp, sobre os problemas enfrentados no Hospital Universitário da USP 17 de julho - Rede Brasil Atual

“O Sindicato acompanhará o cumprimento do que foi apresentado na proposta para garantir os direitos dos médicos plantonistas”

Eder Gatti, presidente do Simesp, sobre fim da paralisação de médicos plantonistas em Lençóis Paulista 3 de julho - JC Net



HSPE: reforma compromete atendimento

Trabalhadores do Hospital do Servidor Público Estadual denunciam agravamento de crise após início das obras

Pronto-socorro lotado, meses para agendar consulta, falta de insumos, fila de espera para cirurgias eletivas, profissionais atuando em ambiente precário. Essas são algumas das queixas dos trabalhadores do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), localizado na capital paulista, que enfrenta uma grave crise.

A situação, agravada por conta de obra iniciada em 2013, está documentada em dossiê entregue à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), no dia 11 de agosto.

O documento contém ofícios encaminhados à superintendência que relatam os problemas enfrentados no HSPE, como o impacto direto na qualidade dos serviços prestados.

“Estamos preocupados com o atendimento no hospital. Entregamos o dossiê aos deputados na expectativa de que tudo seja resolvido”, diz Priscila Isolani de Oliveira, da Associação dos Enfermeiros do HSPE.

O prédio do hospital tem 15 andares, divididos em três alas (par, ímpar e central). Segundo Regina Bueno Paiva, presidente da Associação de Funcionários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Afiamspe), toda a ala ímpar foi fechada, reduzindo cerca de 180 leitos. A obra para a modernização da unidade tinha previsão de 24 meses de duração. “Mais de três meses de atraso e ainda tem prédio no tijolo”, denuncia.

Sem planejamento
O projeto prevê a construção de quatro novos prédios, entre eles um pronto-socorro e um Centro de Proteção à Saúde do



> Comissão de trabalhadores do HSPE entrega dossiê ao presidente da Comissão de Saúde da Alesp, Celso Giglio

Idoso. O pronto-socorro foi entregue em maio do ano passado, mas, conforme revela o dossiê, há vários problemas estruturais. Segundo Regina, a sala de acolhimento tem capacidade para 30 pessoas, mas geralmente tem mais que o dobro de pacientes. No local, há apenas um banheiro, usado por homens e mulheres, e não há chuveiro.

Outra denúncia revela que a situação do pronto-socorro é agravada pela falta de leitos no hospital, obrigando os pacientes a aguardarem por vaga, às vezes, por até oito dias na sala de acolhimento.

Os profissionais argumentam em ofício, com data de 6 de junho do ano passado, que muitos dos problemas poderiam ter sido evitados se houvesse diálogo com as entidades e trabalhadores. “Está claro que há diferenças na visão daqueles que estão na função de comando e

daqueles que estão no dia a dia dos serviços, sendo que esses últimos conhecem as demandas da rotina na prática, pois lidam com o paciente diariamente”.

A página do Iamspe na internet informa que o investimento da obra seria de R\$ 146,7 milhões, com verba proveniente do governo do Estado de São Paulo. “Já foi utilizado todo o recurso disponibilizado e segundo o superintendente faltam pelo menos R\$ 40 milhões para terminar a reforma. Enquanto isso, as obras estão completamente paradas”, relata a presidente da Afiamspe.

Vistoria
Após pressão dos trabalhadores, que solicitaram à Comissão de Saúde da Alesp uma visita para averiguação das denúncias, os parlamentares decidiram relançar a Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe. Até o fechamento desta edição, a visita ainda não havia sido agendada.

A reportagem do *Jornal do Simesp* entrou em contato com a assessoria de imprensa do HSPE, questionando as denúncias, mas não obteve retorno.

Ensino prejudicado

Os residentes do HSPE também estão engajados na defesa do hospital e escreveram manifesto de indignação, o qual foi entregue à superintendência.

A falta de cirurgias prejudica a formação dos residentes e o documento reivindica a normalização dos atendimentos. “Nosso maior interesse é que os problemas sejam resolvidos para que possamos prestar atendimento adequado. Faltam medicamentos essenciais à prática clínica, como vários antibióticos e corticoides, afirma Rodrigo Ferrarese, representante dos médicos residentes do HSPE.

SIMESP
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA
Presidente
Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS
Geral
Denize Ornelas P. S. de Oliveira
Comunicação e Imprensa
Gerson S. Salvador de Oliveira
Administração
Ederli M. A. Grimaldi de Carvalho
Finanças
Juliana Salles de Carvalho
Assuntos Jurídicos
Gerson Mazzucato
Formação Sindical e Sindicalização
Marly A. L. Alonso Mazzucato
Relações do Trabalho
José Erivalder Guimarães de Oliveira
Relações Sindicais e Associativas
Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP
Diretor responsável
Gerson S. Salvador de Oliveira
Editores-chefe e redação
Ivone Silva
Reportagem e revisão
Leonardo Gomes Nogueira
Nádia Machado
Fotos
Osmar Bustos
Assistente de comunicação
Juliana Carla Ponceano Moreira
Ilustração
Célio Luigi
Charge
Marcio Baraldi

Redação e administração
Rua Maria Paula, 78, 3º andar
01319-000 – SP – Fone: (11) 3292-9147
imprensa@simesp.org.br
www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO
Med Idea - Design para médicos
Oscar Freire, 2189, Pinheiros
São Paulo/SP 05409-011
Fone: (11) 99897-8787
contato@medidea.com.br
www.medidea.com.br
Editor de Arte e diagramação
Igor Bittencourt

Tiragem: 14 mil exemplares
Circulação: Estado de São Paulo

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

Estratégia Saúde da Família deve ser prioridade



> Representantes do Simesp defendem melhorias no atendimento à saúde

A delegação do Simesp participou da 7ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo colocando em debate pautas que visam melhorias no atendimento à população e na qualidade do trabalho do profissional de saúde.

Segundo a médica sindicalizada, Ana Paula Amorim, houve intensa articulação para a implantação do modelo da Estratégia Saúde da Família como prioridade na atenção básica. “Diversas categorias demonstraram o desejo de que a saúde pública seja da administração direta - e não gerida por empresas que visem algum tipo de lucro”, informou.

Os participantes destaca-

ram o controle social como recurso importante para o diálogo com o poder público, tanto nas questões do trabalho como na assistência. Financiamento, gestão da saúde e qualidade na formação também fizeram parte dos trabalhos.

O encontro foi realizado em Águas de Lindóia, entre os dias 22 e 24 de julho. Também participaram como delegados pelo Simesp, os dirigentes do Sindicato Eder Gatti, Gerson Salvador e Marly Alonso, além do médico sindicalizado, Paulo Mazaferro. As propostas aprovadas serão encaminhadas à 15ª Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá em dezembro deste ano.

Campanha Salarial

Simesp entrega pauta de reivindicações

O Sindicato dos Médicos de São Paulo entregou a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2015 do setor privado aos diversos sindicatos patronais (Sindhosp, Sindhclor, Sinamge, Sindhosfil-São Paulo, Sindhosfil-Vale do Paraíba e Sindhosfil-Ribeirão Preto). Com data-base em 1º de setembro, a categoria solicita, entre outros, 10% de reajuste real, piso salarial de R\$ 13 mil, licença-maternidade de 180

dias e reajuste no valor do vale-refeição para R\$ 35 por dia.

A pauta da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) se aplica em toda a base territorial do Simesp. Também estão contemplados na negociação médicos que trabalham para o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de organizações sociais (OSs), em UBS, Saúde da Família, AMA, AME, UPA, PS, hospitais, ambulatórios e Santas Casas.



Acompanhe as novidades sobre as negociações no site do Simesp: www.simesp.com.br

Precarização

Agora diretor técnico pode responder por até 10 unidades

Resolução do Cremesp também permite que um único profissional seja responsável por até 150 médicos

Em maio deste ano, entrou em vigor uma resolução do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) que permite que o profissional médico seja responsável por até 10 unidades de saúde. Cinco vezes mais que a regra anterior.

A Resolução número 274 define que no “âmbito do serviço público, exclusivamente na atenção primária à saúde, o médico poderá assumir a responsabilidade técnica por mais de duas unidades que desempenhem ações semelhantes e pertençam ao mesmo território de saúde, no mesmo município.” De acordo com a deliberação, a extensão do território será definida pelo poder público, não podendo ultrapassar 10 unidades de saúde ou 150 médicos.

Para Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), não há dúvidas

de que os principais beneficiários dessa mudança são as organizações sociais e também os gestores públicos. “É uma medida muito ruim. Deixará o profissional mais distante daquele que pode responder ou resolver questões práticas e técnicas do trabalho no dia a dia, facilitando a ocorrência de irregularidades. Além disso, pode expor a população a riscos”, alerta.

A decisão do Cremesp contraria a Resolução 1.352 (Art. 1º) do Conselho Federal de Medicina (CFM), de janeiro de 1992, que determina em no máximo duas instituições prestadoras de serviços médicos para cada diretor técnico ou diretor clínico. Na resolução 274, o Cremesp não ignora a determinação do CFM, mas considera que é a resolução do Conselho Federal de Medicina que deve se adequar “às características próprias do Estado de São Paulo”.

Carreira Municipal SP

Sindicato desaprova parcelamento do retroativo

O Sindicato é contra a proposta da Prefeitura de São Paulo em parcelar o pagamento referente ao retroativo (desde 1º de maio de 2014) da nova Carreira da Saúde, instituída pela lei 16.122/15. Representantes da administração sinalizaram que as parcelas estão previstas para serem pagas em setembro deste ano e julho de 2016.

Eles informaram ainda que não haverá correção monetária sobre o valor do retroativo, o que desagradou a

bancada sindical. “Queremos que essa questão seja revista, caso a prefeitura não mude a postura, teremos que acionar a justiça”, informa José Erivalder Guimarães de Oliveira, diretor do Simesp.

Com as novas regras, os vencimentos serão pagos por meio de subsídio (soma do salário-base, Prêmio de Produtividade e Desempenho, gratificação da saúde, gratificação especial em regime de plantão, quinquênio e a sexta-parte).

Guarulhos

Leito é direito

O pronto-socorro do Hospital Municipal de Urgência (HMU) de Guarulhos, o chamado “redondo”, recebeu intervenções para adequação do espaço às normas da vigilância sanitária, como instalação de divisória, separando a ala feminina da masculina.

A melhoria no HMU - que atende cerca de 17 mil pacientes por mês e possui 70 leitos, todos ocupados - era uma das pautas do fórum *Leito é direito - maca não é lugar de internação*, criado oficialmente na noite de 23 de julho, na regional Guarulhos do Simesp. Segundo Cristovão Canedo Gomes, presidente da regional, da forma como estava (o redondo) era difícil prestar atendimento

Divulgação



> Diretoria do fórum terá mandato de dois anos. Na foto ao lado, as novas instalações do PS (conhecido redondo) do HMU



Nicolas Ornelas/PMG

adequado. “O médico não conseguia nem circular entre as macas para avaliar o paciente e não havia privacidade já que homens e mulheres dividiam o mesmo espaço. Houve uma melhoria no HMU, mas a proposta do fórum é continuar pressionando e cobrando”.

As discussões do fórum tiveram início em outubro do ano passado e contam com o apoio popular e de diversas entidades. “A internação em maca é

comum na cidade. No Hospital Municipal da Criança, por exemplo, mães ficam com os filhos no colo, sentadas em cadeiras durante dois, três dias. Nossa campanha é fundamental”, enfatiza Gomes.

A reunião de lançamento, coordenada pelo advogado Rodrigo Prates, da comissão de Saúde da OAB-Guarulhos, aprovou o estatuto regimental e elegeu a primeira diretoria do fórum *Leito é direito*, com man-

dato de dois anos. “Esse é um passo, não uma conclusão. A continuidade se dará por meio da participação de todos. O engajamento deve ser coletivo”, destacou o advogado.

Também participaram Otelo Chino Júnior (Simesp); Berenice Sabino do Valle Trotta (Secretaria Municipal de Saúde); Alexandre Dentista (Comissão de Saúde da Câmara dos Vereadores) e Dagner Turri (Conselho Municipal de Saúde).

Concurso

Servidor quer exclusividade no HSPM



“Contratos de emergência não resolvem problema”, diz Eder Gatti

Concurso público e hospital exclusivo para atendimento ao servidor. Essas duas demandas foram discutidas em reunião com a superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM), Regina Lucia Pedro Athié, em 4 de agosto. Participaram do encontro representantes do Sindicato dos Médicos de São Paulo, da Associação dos Médicos (Amed) e do hospital.

O déficit de recursos hu-

manos, de acordo com os médicos, seria facilmente resolvido com a realização de concurso público para provimento das diversas categorias. O hospital depende dos contratos de emergência, o que segundo o presidente do Simesp, Eder Gatti, não é uma boa alternativa. “Esses contratos são temporários, o que atrapalha, inclusive, no estabelecimento de vínculo do profissional com o paciente. O concurso faria o

HSPM funcionar em sua plenitude”, defende.

Ele destaca ainda que em função da boa localização e da infraestrutura, a administração municipal não teria dificuldade em atrair profissionais competentes para o concurso.

Os médicos querem que o HSPM volte a atender somente os servidores públicos municipais. Para isso, o hospital seria financiado pelos próprios trabalhadores, com desconto em folha de pagamento.

O HSPM é hoje uma das poucas portas abertas de urgência e emergência na região do centro expandido. “O SUS acaba dependendo de um estabelecimento que, historicamente, foi construído para o funcionalismo. O ideal é a prefeitura estruturar outros serviços para não deixar a população desassistida”, sugere o presidente do Simesp.

Conquista

PLR para os médicos

Os médicos funcionários das empresas Bioqualynet Saúde ocupacional e Porto Seguro Serviços Médicos fecharam acordo de participação nos lucros e resultados. Em assembleias (30 de julho e 3 de agosto) com a presença do diretor do Simesp, José Erivalder Guimarães de Oliveira, e de Giselle Scavasin, advogada do Simesp, a categoria discutiu e deliberou as propostas apresentadas pelas empregadoras. Também definiram a sistemática de apuração das metas e elegeram um representante dos médicos para ser o contato com o Simesp e a empresa. “Parabenizamos a conquista. É um direito do trabalhador reivindicar a divisão dos lucros e resultados que ajudaram a construir”, destaca Erivalder.

Projeto amplia acesso à saúde

“Mostramos aos alunos e residentes que dá para fazer atendimento resolutivo com recursos básicos”, diz a médica Maris Demuner

Nádia Machado

A dificuldade de acesso à saúde em comunidades ribeirinhas da região amazônica sensibilizou a médica Maris Salete Demuner, que também é professora afiliada da Escola Paulista de Medicina (Universidade Federal de São Paulo). A partir de convênio entre a Marinha do Brasil e a Unifesp, firmado em 2012, ela enxergou duas oportunidades: levar assistência a quem precisa e contribuir para a formação de seus alunos.

São comunidades praticamente isoladas, a única forma de chegar até elas é pelos rios. E foi navegando no navio da esperança, como é conhecida a

embarcação da Marinha pela população ribeirinha, que Maris fez sua primeira expedição, em 2013, com graduandos do 6º ano e residentes, no projeto intitulado *Saúde e Cidadania em Fronteira*. “Mostramos aos alunos que dá para fazer um atendimento resolutivo, cerca de 90% dos casos, com apenas recursos básicos existentes no navio, realidade na qual não estão habituados”, diz.

Para a médica, o projeto é uma maneira de contribuir na ampliação do acesso à saúde. “A região está dividida em polos, com várias comunidades. Se cada um desses polos fosse en-



> A médica Maris Demuner durante expedição na região amazônica

tregue a uma (ou mais) universidade federal, conseguiríamos ao menos quatro vezes ao ano em cada comunidade onde faríamos um acompanhamento de atenção primária dos pacientes”, vislumbra.

Na última expedição, feita no mês de agosto, a médica vi-

sitou uma das comunidades na qual havia passado em fevereiro e conta com satisfação: “Na visita anterior, deixei orientações e medicamentos a um paciente hipertenso. Quando o reencontrei, estava praticando exercícios e tinha emagrecido 6 quilos”.

mulação de dois cargos, empregos ou funções ou dois proventos de aposentadoria.

Não é permitido o acúmulo de mais de dois vínculos públicos ou mais de um vínculo com proventos de aposentadoria concedida por Regime Próprio de Previdência Social ou mais de duas aposentadorias concedidas por Regime Próprio. Assim, o médico poderá ter, no máximo, dois vínculos públicos ativos ou um vínculo ativo e uma aposentadoria de regime próprio ou duas aposentadorias de Regime Próprio.

Quantas aposentadorias são permitidas ao médico? Essa possibilidade não se estende ao acúmulo do cargo de médico com outro meramente administrativo. Além

disso, mesmo em gozo de licença sem vencimentos, não poderá tomar posse em outro cargo se já tiver acumulando dois cargos ou um cargo com proventos de aposentadoria. Destaco que a aposentadoria concedida pelo INSS não é considerada para fins de acúmulo, assim, o médico poderá ter até três aposentadorias, duas concedidas por Regime Próprio e mais uma do Regime Geral, INSS.

Qualquer acumulação além dessas, é ilícita. Em caso de condenação, o médico poderá ser demitido e/ou ter sua aposentadoria cassada.

Leia em nosso portal a íntegra do artigo de Venício Di Gregorio, advogado do Simesp.
<http://goo.gl/LwL4jr>

Jurídico Responde

Acúmulo de cargos ou proventos de aposentadoria



O médico pode acumular cargos? Embora a regra geral proíba a acumulação de cargos públicos, o legislador constitucional fez algumas exceções permitindo

o acúmulo em determinadas situações, desde que haja compatibilidade de horários. Uma delas diz respeito aos médicos, permitindo, no máximo, a acu-

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: imprensa@simesp.org.br <

“Planos de saúde não respeitam o médico”

Florisval Meinão, presidente da Associação Paulista de Medicina, é uma das lideranças à frente das negociações com os planos de saúde na cidade de São Paulo. Ele defende honorários mais justos e critica a regulamentação da Lei 13.003/2014

Ivone Silva e Nádia Machado

Como estão as negociações com os planos de saúde?

A Lei 13.003/14 gerou uma expectativa positiva na categoria médica. Há muito tempo buscávamos algo que nos protegesse e garantisse reajuste anual, pois todos os anos tínhamos que tentar uma negociação. Muitos planos se negavam a reajustar.

Lutamos muito. A lei era boa, aparentemente, mas a regulamentação da ANS (Agência Nacional de Saúde) deixou a lei de acordo com os interesses das empresas. Dentre outros pontos, ela afirma que vai haver reajuste anual, mas que a ANS só intervirá caso as negociações não cheguem a bom termo.

Então a ANS não atendeu as expectativas?

Contestamos bastante o papel da ANS na regulação dessa lei.

Queríamos que a agência fosse mediadora, mas ela optou por um caminho de intervenção mínima na relação entre médico e empresa, perdendo grande chance de intervir e acabar com os conflitos existentes na área. Outro problema é que a lei prevê pagamento por performance do médico, é o fator de qualidade. Esse fator seria bem-vindo se agregasse um plus ao que já ganhamos. Mas não é isso. Se o atendimento for considerado de qualidade inferior, teremos redução dos honorários.

E o que as entidades estão fazendo para melhorar a situação?

Em São Paulo, temos tido um trabalho muito interessante de união das entidades - Simesp, APM, Cremesp e Academia de Medicina. Procuramos negociar e os planos que não atenderem às nossas necessidades, tomaremos atitudes. Uma me-



didada cabível é a denúncia pública de que o plano não respeita o médico.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) entende que a relação do médico com as empresas não é de emprego, mas é uma relação de trabalho, cabendo, portanto, a intervenção do MPT. E o Sindicato é muito importante, ele tem grande poder nas relações de trabalho. Por isso, já fizemos assembleia na sede do Simesp e encaminhamos pedido de reajuste aos planos.

O trabalho médico é muito desvalorizado pela saúde suplementar?

Hoje o valor pago é muito baixo se comparado a valores de 15 anos atrás. É preciso haver uma recomposição. O médico ganha muito pouco. Uma consulta varia entre R\$ 70 e R\$ 80. As cirurgias valem menos ain-

da: uma cirurgia de amígdala, por exemplo, em alguns planos é por volta de R\$ 150.

Estamos fazendo negociação com todas as empresas. A lei 13.003 exige uma repactuação porque coloca várias exigências que não constam nos contratos atuais. Orientamos os profissionais a não assinar contratos abusivos, com cláusulas de reajuste que sugiram percentual de indicadores econômico, por exemplo, 30% do IPCA.

Como o sr. analisa a entrada do capital estrangeiro na saúde privada?

Nos preocupa o modelo de relação trabalhista que vai se consolidar com essas empresas. Elas vêm com outra filosofia administrativa, já houve tentativa de mudar a relação de trabalho do médico. E é sempre para pior.

Mulher trabalhadora

Simesp defende licença-maternidade de 180 dias

O Sindicato está engajado na luta em defesa da licença-maternidade de 180 dias para as trabalhadoras vinculadas às organizações sociais no setor da Saúde. Uma moção foi entregue ao prefeito Fernando Haddad cobrando o benefício. A iniciativa, que conta com o apoio de outros sindicatos, teve

repercussão positiva por parte da Prefeitura de São Paulo. Haddad disse à imprensa que será avaliada a legalidade da medida e se o parecer for favorável, a determinação passará a constar nos editais de contratação das terceirizadas.

A licença-maternidade estendida já é um direito garantido

às trabalhadoras da administração direta conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde. A secretária-geral do Simesp, Denize Ornelas, destaca que são essas profissionais que dão a orientação sobre o aleitamento exclusivo até os seis meses. “Independentemente da forma de contratação, não faz

sentido amamentarem por quatro meses”, avalia.

A reivindicação foi aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em 13 de agosto, por meio de uma moção de apoio aos sindicatos de categoria. O Simesp também solicitou ao governo estadual a adoção da medida.

Conheça a Casa Amarela

“Quando a porta estava aberta notava-se que a casa era muito grande” (Trecho de “Casa Tomada” – conto de Julio Cortázar)

Leonardo Gomes Nogueira



> Casarão, ocupado por artistas, promove as mais diversas manifestações culturais. É só entrar e aproveitar

A casa tem “quatro níveis de construção” (escreve Manoel Henrique Campos Botelho na crônica *A História da Mansão Florentina da Avenida Consolação*). O mais baixo: um porão. O mais alto: uma torre com uma vista privilegiada da vizinhança.

São dezenas de cômodos distribuídos pelo casarão; hoje ocupado e rebatizado de *Casa Amarela*. Segundo a artesã Vanessa Sabbath, uma

das suas ocupantes, entre 30 e 40 pessoas atualmente moram e trabalham ali.

O casarão, vazio há pelo menos uma década, foi ocupado em 20 de fevereiro do ano passado “por cerca de 50 pessoas que reivindicam que o prédio seja utilizado para fins culturais, haja vista que estava sem utilidade há anos” (segundo ação judicial que trata do caso). Desde então, três grupos administraram o imóvel. Sabbath e

outros dois entrevistados pelo *Jornal do Simesp* fazem parte da atual gestão.

A casa, tomada pelas mais diferentes formas de expressão cultural, está aberta a quem tiver interesse em participar das suas atividades. Para saber mais, eles sugerem procurar na internet “espaço comum casa amarela”.

Serviço: A casa, aberta de terça a domingo (das 14h às 22h), fica na Rua da Consolação, 1075.

+ Mais cultura

Ação e arte

Cada apresentação é única. Avisa o texto que descreve a mostra Audiovisual ao vivo (Avav). O objetivo da iniciativa, que a cada edição reúne diferentes artistas, é o de manipular imagem e som em tempo real. Curadoria e idealização de Veruscka Girio (mas você também pode encontrá-la na rede pelo seu nome artístico: Astronauta Mecânico). Entrada franca.

Serviço: Quando? Sempre uma quinta-feira do mês. No Epicentro Cultural (Rua Paulistânia, 66 – a três quadras do Metrô Vila Madalena). Bar aceita dinheiro e cartão de crédito/débito.

Uma história da arte

O Museu de Arte de São Paulo (Masp), em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), promove encontros mensais para discutir diferentes períodos da arte (em diálogo com o seu abrangente acervo). No segundo semestre, serão abordados temas variados como, por exemplo, a pintura italiana do renascimento.

Serviço: Palestras aos sábados, das 11h às 13h, com retirada de senha individual na bilheteria do Masp (a partir das 10h). Programação e datas: www.masp.art.br. Local: Avenida Paulista, 1578.

Simesp+

O novo programa de benefícios que chegou para fazer muito mais pelos médicos associados ao Simesp

CAPACITAÇÃO | INVESTIMENTOS | LAZER | SAÚDE & BELEZA
OFERTAS ESPECIAIS | SERVIÇOS DIVERSOS

> simesp.org.br/simesp+ | relacionamento@simesp.org.br | 11 3292.9147

SIMESP 
BENEFÍCIOS PARA ASSOCIADOS